

Competências, conhecimentos e valores na concepção curricular do novo ensino médio.¹

A reorganização curricular do ensino médio brasileiro está baseada na definição de três grandes áreas: a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, a de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e a de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Ao invés de uma lista de disciplinas e de conteúdos obrigatórios, cada área é composta por um conjunto de competências e habilidades a serem construídas pelos educandos ao longo de três anos de ensino médio, sendo que muitas vezes essas competências e habilidades pressupõem a consolidação e o aprofundamento de aprendizagens anteriores.

O agrupamento de conteúdos diversos em áreas e a definição de competências e habilidades gerais implicam em uma inversão na perspectiva da organização curricular tradicional. Avessa à fragmentação do saber representada pelo esgarçamento do cotidiano escolar em disciplinas que não se comunicam, a nova concepção curricular baseia-se no diálogo entre os conhecimentos específicos, salientando-se convergências e semelhanças, mas também diversidades e singularidades. Tal é a lógica de se reunir conhecimentos em áreas: indicar com mais precisão qual o papel de cada componente individual na construção de um currículo integral e também que interações entre esses componentes são necessárias para que tal currículo se construa.

Além disso, essa nova lógica pressupõe superar a “superlotação” do currículo tradicional, demasiadamente inchado de conteúdos muitas vezes inexpressivos do ponto de vista da vida concreta dos educandos fora da escola. Daí a ênfase na aquisição das competências e habilidades básicas para o cidadão viver plenamente nas dimensões pessoal, civil e profissional.

Na finalidade desse currículo, lê-se a finalidade da educação nacional estabelecida na LDB: “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ao destacar a cidadania e o trabalho, duas dimensões

¹ Este texto foi apresentado originalmente na mesa redonda "Competências e Habilidades para o Desenvolvimento da Relação Ensino-Aprendizagem", durante a realização da 5ª Mostra de Material de Divulgação e Ensino das Ciências, em 2000, na Estação Ciência-USP, e é parte integrante do livro *Ciência e Arte - Imaginário e Descoberta*, a ser publicado pela editora Estação Ciência.

fundamentais da vida humana em sociedades complexas como esta em que vivemos, e justapor essas duas dimensões sociais à dimensão pessoal, a Lei prevê para a escola um compromisso com o mundo em que ela se situa. Para cumprir com seu papel, o currículo escolar precisa dar conta da complexidade da vida pessoal, da vida civil e da vida profissional, tal como se apresentam hoje. E é essa complexidade que exige desse currículo garantir aos educandos de hoje instrumentos para que eles possam se inserir no presente que vivem e se preparar para o futuro que querem viver.

Cada vez mais, as diversas dimensões da vida social e cultural são reorganizadas e ressignificadas sob a lógica da formação de redes, de teias ou tramas complexas em que fenômenos e idéias interagem, de maneira bem distinta da pouca interação existente em uma lógica linear e fragmentada. A compreensão e o domínio por parte dos educandos dessa nova produção em rede – produção de conhecimentos, produção de bens, produção da própria cultura – requer por parte do currículo escolar uma flexibilidade e uma riqueza de relações absolutamente incompatíveis com a linearidade de “pré-requisitos” e a rígida fragmentação disciplinar.

A chave, tanto para a reorganização do conhecimento escolar em currículo, quanto para o próprio desenvolvimento deste, é a clareza quanto ao papel da aquisição de competências e habilidades na formação do cidadão. O desenvolvimento pessoal e a preparação para a cidadania e o trabalho pressupõem a construção da efetiva autonomia intelectual do educando, para que ele possa transitar com desenvoltura pelos diversos contextos da vida em sociedade. Uma educação para a autonomia, e, portanto, uma educação para o trabalho, para a cidadania e para a felicidade, implica vivenciar essa autonomia no dia-a-dia da escola.

É isso que determina o artigo 36 da LDB, que fixa diretrizes para o currículo do ensino médio e, em seu inciso II, prevê a adoção de metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes. A autonomia intelectual, finalidade do ensino médio prevista no artigo 35, é um produto e, como tal, resultado de um processo que seja afim a essa mesma autonomia.

A necessária concisão do texto legal muitas vezes dá margem à impressão de pouca profundidade em seus dispositivos. Mas, ao contrário, a leitura da LDB, à luz dessas

sintéticas reflexões epistemológicas e pedagógicas, permite revelar seu vasto potencial como instrumento de ressignificação da aprendizagem escolar.

A fim de auxiliar essa compreensão, por parte dos professores que atuam nas escolas de ensino médio de todo o Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio foram organizados de forma a tornar mais clara a articulação entre “conteúdos” e competências, na construção dos currículos escolares.

Embora o tema da aquisição de competências e habilidades básicas na formação de nossos adolescentes e jovens seja freqüente nas mesas de discussão, nem sempre a compreensão é clara. A aquisição dessas competências e habilidades não implica uma aprendizagem mecânica, de fundo tecnicista, como a incompreensão – e, às vezes, até a má vontade – faz pensar. Competências e habilidades são modalidades estruturais da inteligência; são os esquemas mentais de que nos fala Piaget, constituindo antes um conjunto de potencialidades e possibilidades do que de resultados ou desempenhos.

As competências e habilidades possibilitam e geram os desempenhos, mas não se confundem com eles. Daí, que não se pode confundir uma aprendizagem baseada na aquisição de competências com uma concepção “tarefeira” de aprendizagem, em que o professor é convertido em espécie de adestrador e o aluno, em repetidor.

A concepção de aprendizagem aí presente é aquela em que o foco da ação escolar está exatamente na aprendizagem e não no ensino, em que o professor desempenha o importante papel de orientador, cabendo ao aluno uma participação ativa e constante no processo de construção e reconstrução de seu próprio conhecimento.

Do contrário, ele jamais será autônomo e capaz de superar a relação de dependência que se instaura entre ele e o professor. Sem a aquisição da autonomia intelectual, leia-se das competências e habilidades básicas, o indivíduo não terá condições de enfrentar os múltiplos e complexos desafios da vida contemporânea.

E isso implica que ele necessita de uma aprendizagem que lhe permita dar conta de gerir sua vida pessoal, tomando decisões acerca de sua saúde e de sua sexualidade, por exemplo; de gerir sua vida civil, respeitando as diferenças, sabendo ouvir e dialogar com aqueles que o cercam; e ainda gerir sua vida profissional, sabendo trabalhar em equipe, aprender rapidamente conforme as novas necessidades do mundo do trabalho, tornando-se ele próprio um empreendedor.

A aquisição de tais competências e habilidades, entretanto, não significa o abandono do “conteúdo” da mesma aprendizagem. Uma vez que essas estruturas da inteligência se formam e se reorganizam na ação consciente sobre o mundo, sobre os fenômenos naturais, sociais e culturais, há um permanente tecer e entretecer de competências e conhecimentos de alto poder explicativo que atuam como ferramentas intelectuais no confronto com a realidade.

O desenvolvimento curricular na escola, portanto, é um exercício cotidiano de seleção de conceitos, teorias e métodos que deverão ser mobilizados no enfrentamento de situações-problema desafiadoras à inteligência e à consciência cultural, social e política dos educandos.

Isso implica afirmar que também os valores estão presentes como conteúdos dessa aprendizagem, amalgamando as articulações entre competências e conhecimentos. Enriquecer a rede curricular com valores significa assumir o compromisso com uma educação humanística e definir com clareza o sentido da aprendizagem, do currículo e da própria escola, que é servir ao mundo em que a escola está, compreendendo-o e transformando-o.

Competências e conhecimentos, portanto, não são tecnicamente neutros diante dos desafios do mundo contemporâneo, nem deve ser o currículo escolar uma entidade asséptica, desprovida de sabor e de vida, de questões e de conflitos. Os valores, especialmente aqueles que permitem consolidar a experiência democrática, portanto, devem estar presentes nos currículos, menos como discurso e mais como prática consciente e crítica.

Da mesma forma, os conhecimentos devem estar presentes menos como conjuntos de definições a serem memorizadas e mais como ferramentas teóricas e práticas, cuja compreensão e domínio alcança-se no próprio uso e não na “magia” da aula expositiva, do livro didático, do quadro-de-giz, do caderno ou da prova. Discorrer – ou, pior, ouvir alguém discorrer – sobre um conceito, procedimento ou teoria não habilita ninguém a agir no momento em que o domínio de tal conceito, procedimento ou teoria é requisitado.

Assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio foram estruturados de modo a propiciar uma compreensão inter e transdisciplinar da articulação

entre conhecimentos e competências, para auxiliar as escolas no esforço não muito óbvio nem fácil de construção de currículos organizados em rede.

Essa articulação está representada graficamente por meio de uma matriz que permite tecer os mais diversos cruzamentos entre as três áreas e um conjunto de três eixos de competências. Esses eixos são o de representação e comunicação, associado direta, mas não exclusivamente, à área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; o de investigação e compreensão, associado à área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e o de contextualização sócio-cultural, associado à área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Ciências Humanas e suas Tecnologias
Representação e Comunicação	X		
Investigação e Compreensão		X	
Contextualização sócio-cultural			X

Embora cada eixo esteja referido primeiramente a uma área afim, facilmente percebe-se a associação do mesmo com as outras duas áreas. Assim, a construção de competências e habilidades de representação e comunicação extrapola o trabalho desenvolvido com os conteúdos da área de Linguagens, uma vez que as linguagens são fundamentais como pensamento estruturado e, como tais, estão igualmente presentes no desenvolvimento de conhecimentos necessários à compreensão dos fenômenos naturais, sociais e culturais, e, portanto, no desenvolvimento das outras duas áreas.

A própria Matemática cumpre uma função importantíssima de representar da forma mais abstrata possível conceitos e fenômenos naturais, convertendo-se na linguagem em que se expressam a Física, a Química e a Biologia – e também a Economia, a Demografia e por vezes a Sociologia, nas Ciências Humanas. A própria representação do espaço

geográfico na cartografia recorre à linguagem matemática das escalas e dos eixos cartesianos. Por sua vez, não se concebe a construção do conhecimento em História ou em Filosofia sem o recurso à análise dos discursos e à decodificação das diversas fontes escritas nas mais diferentes linguagens.

Se as competências e habilidades de investigação e compreensão constituem a essência do método científico aplicado às Ciências da Natureza, também não se concebe a construção de um conhecimento estruturado em Ciências Humanas sem o recurso a métodos e técnicas de pesquisa. Os procedimentos de investigação estão na base da construção de qualquer conhecimento, mesmo os que se voltam para o estudo das próprias linguagens e os que não se enquadram na categoria de ciência, como a Filosofia.

Por fim, se a contextualização sócio-cultural aponta diretamente o trabalho realizado pelas Ciências Humanas, na qualificação dos diversos contextos de caráter social, econômico, político e cultural, não se pode conceber a compreensão das linguagens, das ciências e das tecnologias sem essa mesma contextualização. Sem a referência à sociedade e à cultura, as letras, as ciências e as tecnologias ficam desprovidas de sentido e jamais os alunos terão condições de compreendê-las e de compreender o papel que elas desempenham no mundo.

Embora as escolas tenham autonomia para reorganizar seus currículos, desde que observadas as determinações gerais e as específicas de cada sistema educacional, é fundamental traduzir a compreensão dessa concepção curricular em um dispositivo curricular integral e equilibrado, no qual as três áreas estejam harmoniosamente representadas. Cabe, portanto, aos sistemas educacionais criar parâmetros para essa reorganização, a fim de evitar que, no “campo de luta” interno das escolas, uma área seja esmagada pelas demais.

A concepção curricular que está em implementação pressupõe a interdependência entre as três áreas, na compreensão de que não se aprende Língua Portuguesa, por exemplo, sem o exercício da leitura, da escrita e da fala em Biologia e em História; de que não se aprende Matemática, sem a compreensão das outras linguagens e sem o seu uso na Física ou na Geografia; e de que não se constrói conhecimento algum sem uma compreensão filosófica do próprio conhecimento.

Entendido o sentido de cada área de conhecimentos e de cada eixo de competências e habilidades, a escola pode fazer escolhas que aproximem o currículo de seus alunos concretos e que adaptem o currículo aos mesmos, ao invés de tentar adaptar os alunos ao currículo. As escolhas devem traduzir a diversidade dos ambientes sociais e culturais em que as escolas estão inseridas, mas devem também propiciar aos alunos transitar desses ambientes próximos a ambientes mais amplos e distantes, referidos ao conjunto das relações sociais e culturais com que nossa sociedade se defronta.

Isso permite à escola incorporar a realidade social e cultural vivida pelos alunos, ressignificando-a conforme os conhecimentos sistematizados que ela detêm, mas também dar aos alunos acesso a outros conhecimentos estranhos à sua realidade cotidiana. Nesse encontro, nessa tensão entre a cultura escolar e as culturas extra-escolares, é que se dá a preparação básica para a cidadania e o trabalho, isto é, o processo de autonomização dos indivíduos, para que eles possam atuar e interagir no presente e fazer projeções para o futuro.

Se preenchermos essa matriz não só com os conhecimentos de cada uma das áreas e com as competências e habilidades de cada um dos eixos, mas também com contextos que sejam significativos para os alunos e tendo em vista os valores e as finalidades da educação, teremos então uma definição curricular rica, pertinente e relevante para os alunos que cursam o ensino médio.

Na área de Linguagens, por exemplo, é fundamental que a escola propicie aos adolescentes e jovens que nela estudam o domínio das diversas linguagens e seu papel no desenvolvimento das relações interpessoais. Isso implica reconhecer os diversos códigos da comunicação entre esses adolescentes e jovens, mas também dotá-los das ferramentas necessárias para uma comunicação eficiente nos diversos ambientes profissionais e no convívio social, observada a tolerância, o respeito mútuo e a solidariedade. E implica que eles se instrumentalizem para resolver problemas cotidianos aparentemente corriqueiros como interpretar corretamente um contrato de trabalho ou de locação de imóvel, o código de leis e normas que rege sua atividade profissional ou o convívio social em ambientes específicos.

Na área de Ciências da Natureza, o currículo escolar poderá contribuir para uma vida mais saudável por parte dos indivíduos, amparada em escolhas conscientes a respeito

de sua alimentação e de sua sexualidade, por exemplo. Mas, deverá também assegurar uma postura responsável diante das dimensões macroscópicas implicadas em comportamentos de preservação do ambiente natural. E não poderá esquecer os conhecimentos científicos e tecnológicos que constituem a base dos diversos processos produtivos.

As Ciências Humanas, por sua vez, têm um importante papel na construção da identidade pessoal do educando, referida esta identidade aos contextos sociais e culturais em que vive e atua, mas também a contextos distantes espacial e temporalmente.

Os conhecimentos e as competências construídas no estudo das diversas Ciências Humanas e da Filosofia devem permitir ainda aos indivíduos a aquisição de uma série de ferramentas, obviamente referidas a valores, que potencializem sua inserção solidária na realidade social e cultural. E, ainda a título de exemplo, o domínio dos conhecimentos e das tecnologias de gestão presentes na moderna produção, de modo que eles saibam usufruir seu potencial econômico, sem perder de vista os horizontes de uma ética do trabalho.

A ausência desse amplo conjunto de valores, competências e conhecimentos associados implicará necessariamente a exclusão de tais indivíduos da ação consciente e crítica em uma série de contextos de sua vida. Implicará, portanto, sua exclusão da própria cidadania, uma vez que se entenda a cidadania como algo mais amplo e menos formal, enraizado em todos os contextos da vida pessoal e social.